



[FINANÇAS] - 19 de Outubro de 2009

Grupo de desenvolvimentistas no BC apavora mais que inflação e gasto fiscal

Análise

Luiz Sérgio Guimarães

De São Paulo

Às vésperas da penúltima reunião do ano do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central, atenuou-se o principal temor do mercado. A estratégia de substituição um a um, espaçada no tempo, e não em bloco, de quatro diretores do BC reduz consideravelmente a possibilidade de o Comitê ser tomado de assalto, em março, por uma tropa de elite desenvolvimentista. O pregão de juros futuros da BM&F vinha exagerando na projeção de alta da Selic não tanto porque receava os eventuais impactos inflacionários de um suposto superaquecimento da economia brasileira, decorrente de estímulos fiscais irresponsáveis. Mas por medo de mudanças “ideológicas” na política monetária.

Para que a famosa “curva futura dos juros” seja construída é necessária a participação do investidor que aceita correr o risco das aplicações prefixadas. E este andava muito arredo, mas não por culpa da prodigalidade fiscal da Fazenda. Exigia o pagamento de robustos prêmios — a ponto de a curva estimar taxa Selic de 12,25% no final do governo Lula, um salto de 3,5 pontos em relação à taxa atual, de 8,75%—muito em função do pavor de que o BC fosse ocupado, de uma vez só, não por um, mas por quatro desenvolvimentistas.

Além do presidente Henrique Meirelles, pré-candidato do PMDB a algum cargo político, já manifestaram o interesse de deixar a instituição os diretores mais afinados com a ortodoxia monetarista professada pelo mercado —o de Política Econômica, Mário Mesquita, e o de Política Monetária, Mário Torós — e o diretor de Liquidações, Antonio Gustavo Matos do Vale. E o mercado temia que os quatro iriam sair todos juntos, em março. A debandada abriria espaço para a nomeação de quatro diretores alinhados com o desenvolvimentismo da candidata oficial Dilma Rousseff.

Os quatro continuariam no BC em caso de vitória da ministra.

Não haveria alteração na nova orientação pró-desenvolvimento, mesmo que o novo presidente do BC, o professor da Unicamp Luciano Coutinho, fosse alçado ao Ministério da Fazenda.

O mercado se assustou com o tamanho do estrago: como o Copom é composto por oito membros, de uma tacada só metade dele seria trocada por economistas orientados por princípios opostos aos hoje hegemônicos.

Sem contar que um quinto diretor, o de Normas e Organização, Alexandre Antonio Tombini, por sua simpatia a ideias da Fazenda, sempre foi considerado um estranho no ninho neoliberal.

Diante dessa possibilidade, os aplicadores em prefixado se retraíram a ponto de promover uma inclinação positivamente irrealista da curva de juros.

Mas as últimas indicações, passadas ao mercado às vésperas da reunião de quarta-feira do Copom, são de que as trocas não serão feitas em bloco. Torós sairá primeiro, depois Mesquita e Vale.

Só então Meirelles se afastaria.

Ou seja, até a sua saída, os substitutos seriam escolhidos pelo atual presidente. E este não irá admitir nenhum desenvolvimentista em seus domínios. E colocará seu prestígio junto a Lula para fazer o seu sucessor. O mercado gostaria que o presidente da transição fosse Mário Mesquita, mas se conformaria com Alexandre Tombini. Na sexta-feira, revelada a estratégia de saída intercalada de diretores, os juros caíram na BM&F. A taxa para o fim do governo Lula cedeu de 10,49% para 10,43%.

Os analistas do mercado não acreditam que Lula ou Dilma irão arriscar a estabilidade monetária e colocar heterodoxos no BC, economistas que defendem quedas maiores da Selic e a imposição de controles ao capital estrangeiro para evitar a apreciação cambial. Sintetizando uma opinião quase consensual do mercado, o economista-chefe da **Austin Rating, Alex Agostini**, garante que se Dilma se aliar aos desenvolvimentistas, “não governará”.

“O mercado não dará crédito caso acredite que irão ocorrer maiores desequilíbrios fiscais”, diz **Agostini**. A instituição Banco Central mudou de patamar no Brasil e ganhou credibilidade internacional. A sua autonomia operacional está consolidada.

“A política fiscal no Brasil tem caráter político, enquanto a política monetária tem caráter técnico. Nessa condição, creio ser difícil a política monetária ser aliada da fiscal”, diz **Agostini**.

O que um economista heterodoxo teria a dizer sobre um desenvolvimentista no BC? O professor da UnB, José Luis Oreiro, diz que além das razões técnicas há argumentos políticos a favor da manutenção da Selic em 8,75% até o fim do atual governo.

Oreiro duvida que Lula autorize uma elevação de juros em 2010.

“Se isso acontecer, o governador José Serra terá munição de sobra para bater no governo”, diz o economista.

Oreiro lembra que Serra tem afirmado várias vezes que “está à esquerda de Lula”.

“Seus escritos — tanto os recentes como os antigos — mostram uma coerência inatacável no que se refere às críticas à condução da política monetária pelo BC”, diz o professor. O cenário que ele desenha como mais provável é que em março Lula escolherá um desenvolvimentista para ocupar a presidência do BC, “blindando assim o governo da linha mais evidente de críticas por parte de Serra”.

Nesse contexto, o nome mais provável é mesmo o do atual presidente do BNDES, Luciano Coutinho.

“Ele seria chamado para o sacrifício em troca do cargo de Ministro da Fazenda no governo Dilma. Coutinho tem a expertise técnica e a habilidade política para segurar a decisão do Copom ao longo de 2010, impedindo assim uma elevação da taxa de juros que se mostraria muito custosa em termos políticos para o projeto político do presidente Lula”, diz Oreiro.

Se for assim, o BC de Meirelles tem mais quatro reuniões (a de quarta-feira, a de 9 de dezembro, a de 27 janeiro e a de 17 de março) para subir a Selic e tornar a alta um fato consumado técnico e político. Mas como fazer isso se a inflação no acumulado de 12 meses está em queda e ficará em queda até o terceiro trimestre de 2010, se o Federal Reserve não elevar a taxa americana e se o dólar continuar afundando?